



EDITORIAL

Wesley Silva Xavier

wescleysxavier@yahoo.com.br

UFMG

Cristina Amélia Pereira de Carvalho

cris_carvalho@uol.com.br

UFRGS

Gustavo Madeiro da Silva

gmadeiro@yahoo.com.br

UFAL

A QUESTÃO URBANA: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS NA AFIRMAÇÃO DA CIDADANIA

Apesar da centralidade que passou a ter na vida dos cidadãos, a *questão urbana* está apenas timidamente presente na agenda política nacional. A percepção de tal contradição é, por si só, condição suficiente para que provoquemos o debate em torno de uma *questão* que afeta, pelo Censo 2010 do IBGE, 84% da população brasileira. Percebemos igualmente a importância adquirida pela *questão urbana* quando lembramos que, de novo, segundo o IBGE, apenas em 1970 a população urbana ultrapassava a população rural no Brasil.

Por outro lado, vivenciamos recentemente processos eleitorais, nos mais de cinco mil municípios brasileiros, para eleger representantes no poder público municipal e, neles, os problemas mais prementes apontados pela população são típicos da vida nas regiões urbanas. Foi em torno de tais problemas diagnosticados nas pesquisas de opinião que giraram os embates entre os candidatos.

As cidades são, em seus espaços, um retrato condensado do País. São, portanto, microcosmos da desigualdade e da pluralidade que o desenham e representações concentradas das contradições que moldam a vida social e provocam a convivência dos cidadãos com as possibilidades e patologias da vida orientada pelos interesses do capital. É na cidade que se manifestam as mais diversas mediações materiais e simbólicas da vida social. Ela também é palco das possibilidades de resistência, justamente por conter em si as contradições que a ideia desenvolvimentista – particularmente no último século – nos trouxe.

A mobilidade urbana é um tema cada vez mais explosivo nas grandes cidades que, hoje em dia, já atinge cidades de médio porte. O tempo perdido nos deslocamentos para o trabalho e a energia desperdiçada nesses esgotantes trajetos são problemas que têm impacto na economia. Se, de um lado, a especulação imobiliária que expulsa os moradores mais pobres para longe é um bom negócio para o setor da construção, se todo o tipo de crédito ou de isenção de impostos, como o IPI, favorece a indústria automobilística, do outro lado, os custos gerais da *imobilidade urbana* e da distância afetam a maioria dos setores econômicos. As contradições da *ilógica* do capital batem à porta e permitem apontar muitas *contradições concentradas* que delinham a vida nas grandes cidades.

A poluição, que mata anualmente milhares de brasileiros, é um nó *Górdio* na questão urbana.

Trata-se de um problema de altíssimos custos humanos e econômicos que seria cortado simplesmente (como fez Alexandre o Grande com o nó de Górdio com a redução drástica de veículos e a cidade voltada para o bem-estar humano. Entretanto, para não afetar a indústria do automóvel, facilitar o uso especulativo da terra urbana e o desenvolvimento capitalista geral, as grandes cidades brasileiras tentam inutilmente desatar um nó com múltiplas medidas paliativas que têm mostrado sua inocuidade.

O inchaço das cidades, em parte decorrente da sublimação da vida rural – como bem sinalizou Henri Lefebvre em *A revolução urbana* – indica quão perverso é esse processo de centralização das atividades econômicas na urbe. Na política de planejamento urbano observamos o seccionamento das cidades, em parte, pelo caráter funcional que as divisões nos brindam – como é o caso de Brasília – mas, sobretudo, pela necessidade de distinguir socialmente as áreas de produção e consumo da economia

capitalista. Demarcar os distritos industriais não é apenas assegurar o *locus* da transformação produtiva na cidade, mas também cercar o espaço no qual os trabalhadores viverão, uma vez que a própria negação da mobilidade urbana os impede de habitar outro lugar. Caracteriza-se aqui a forma contemporânea da criação *espontânea* das vilas operárias, uma extensão da divisão social do trabalho.

Evidentemente, essa lógica local está conectada com o que ocorre globalmente. O Brasil tem adotado, nos últimos anos, uma política externa que, aliada à iniciativa de representação e expansão comercial, se volta também para assumir um papel de liderança no cenário internacional. Isto se evidencia no esforço para assumir um lugar fixo no Conselho de Segurança da ONU, para liderar o Mercosul, agir como mediador em conflitos na América Latina e mesmo fora dela. Para se apresentar nesse novo *status* no cenário mundial, o País investiu em várias frentes e uma delas foi o de ser palco de grandes eventos como a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016. O País estará numa vitrine para o mundo o que, se provoca graves problemas nas cidades, é também gerador de processos de mobilização de grupos e de movimentos sociais. As intervenções urbanas que *implicam* sediar esses eventos têm recaído predominantemente sobre a população pobre que é o alvo das remoções forçadas, numa clara desconstituição de direitos. Transformar as cidades-sede dos eventos em vitrines para o mundo tem provocado a *higienização* dos espaços urbanos e aparente solução dos problemas. A *pacificação* das favelas no Rio de Janeiro formando um *cordão sanitário* em volta dos espaços a serem usados na Copa sem, no entanto, trazer enfrentamento real para o grave problema da violência urbana, tem provocado a reação e a resistência dos movimentos populares.

Percebemos que a questão urbana é abordada a partir da realização de obras e eventos, mas sem de fato atacar as profundas contradições que provoca a lógica do capital, como, por exemplo, por meio de outro marco jurídico para o uso do solo que permitiria uma reforma urbana capaz de alterar significativamente o adensamento de desigualdades que se tornaram as cidades. As cidades tornam-se, então, cidades de exceção, nos termos do geógrafo Carlos Vainer, forjando-se ao encontro de um *promissor* mercado turístico. Exceção esta que está presente nos trâmites jurídicos em que o Estado se embasa para legitimar as intervenções urbanas pretensamente de interesse maior da sociedade, mas que buscam atender interesses políticos e econômicos de grupos específicos e restritos. Esse processo de limpeza social a partir das políticas *de interesse público* não apenas expurga para a periferia parcela significativa da população, como reforça a especulação imobiliária. As negociações precificam a relação do indivíduo com o espaço e, conseqüentemente, sua história de vida. Em caso de um desacordo, as próprias alterações no espaço tratarão de indicar que o lugar não é mais familiar, de forma que o estranhamento seja suficiente para cumprir o *interesse público*.

Dialeticamente, todas as instâncias de manifestação de poder e determinação da vida social trazem consigo as manifestações de resistência. As articulações de grupos e subgrupos com demandas coletivas ou específicas convergem por reconhecer na luta os mesmos adversários. Dessa forma, uma participação mais efetiva da cidadania se torna plausível a partir dos debates e embates promovidos pelas

frentes de movimentos populares que visam salvaguardar a ideia de público frente ao Estado e organizações privadas.

É nessa encruzilhada que esta Edição Especial se encontra. A cidade em transformação a partir dos conflitos, das convivências, das determinações e resistências, da articulação do capital e dos movimentos sociais. Diante de uma verdadeira crise da vida pública e da vida privada, quando as ruas e praças sofrem transformações profundas em seu estatuto de locais de estar e sociabilidade, observamos o surgimento de novos espaços, esteticamente mais aprazíveis, resguardados da violência que assola. Cambiando entre o simbólico e o material, sem nos afastar da praxis. São essas as linhas que tomamos para apresentar-lhes os trabalhos selecionados.

A multiplicidade de temas e de aplicações trazida pelos artigos selecionados para esta edição mostra a riqueza e profundidade da questão. Em uma tentativa de organização por proximidade da análise, reunimo-los em dois grupos que apresentamos a seguir.

Os três primeiros artigos discutem a cidade a partir de espaços de *ocorrência* da cidadania que, por isso, provoca tanto a interação social como o conflito. Nesse caso, há um imbricamento de questões sociais e econômicas mais ou menos centrais segundo cada caso. Pluralidade cultural, tribos urbanas e construção da entidade são elementos constituintes dos debates que os artigos travam com a vida social urbana.

O artigo intitulado ***O espaço organizacional e o espaço da cidade: as diversas formas de apropriação física e simbólica de um centro comercial em Porto Alegre***, de autoria de **Marina Dantas de Figueiredo e Neusa Rolita Cavedon**, observa como o espaço privado de uma organização é apropriado enquanto equipamento de lazer e local de convivência por diversos grupos sociais. A partir de uma investigação etnográfica em um centro comercial de Porto Alegre, as autoras captam como a organização está sujeita aos movimentos de aproximação e de afastamento de segmentos sociais, que normatizam os usos e finalidades do espaço. Eles impõem formas alternativas às regras de comportamento propostas para o lugar que, por isso, não tem sua configuração condicionada somente pela relação econômica de consumo que justifica a sua existência, mas também por esses segmentos sociais.

O segundo artigo, ***Orientação sexual, classes sociais e territórios de resistência: os conflitos em torno do Centro Nova Olaria – Porto Alegre***, de **Maria Ceci Misoczky, Guilherme Dornelas Camara, Paulo Rodrigues Cerqueira e Gabriela Cordioli Coto**, articula o tema da sexualidade, com as classes sociais e o consumo, além dos aspectos de territorialidade, para conseguir compreender os conflitos sobre o direito de ocupar um espaço. O estudo, realizado no mesmo centro comercial de Porto Alegre, indica que esse espaço tem sua estratégia orientada pelo consumo da diferença. Aos frequentadores homossexuais de classe média juntou-se um público mais jovem e com menor poder aquisitivo e, por isso, indesejado em um território de consumo. Em resposta à violência exercida pela segurança do espaço, o novo público produz um território de resistência e luta no qual expressa livremente sua sexualidade. Os autores mostram como o conflito e a produção do território nega a apropriação capitalista do espaço público e a ideologia do consumismo.

O artigo ***Organizações e contextos urbanos: os cafés e as sociabilidades***, de Leticia Dias Fantinel e Tânia Maria Diederichs Fischer, identifica os cafés como espaços organizacionais contemporâneos bem como espaços privilegiados de sociabilidade urbana. Por meio de processos de (res-)significação, as autoras percebem que estes tais espaços balançam entre as dimensões identitária, própria à noção de lugar antropológico e, cosmopolita, como de um local de passagem. Com o uso de abordagens etnográficas, o artigo explica a história dos cafés a partir de lógicas *modernas* e *tradicionais*, que formam uma complexa combinação entre o imaginário e a (res-)significação. Desse modo, quiseram compreender fenômenos organizacionais perenes, mas que se transformam segundo seus espaços e tempos.

No segundo grupo, estão os demais cinco artigos que abordam a questão urbana em sua intersecção com a ideia de desenvolvimento, sob diferentes perspectivas, algumas funcionais, outras críticas; com apoio de estudos de caso, análise histórica, ou ainda, estudos teóricos.

O artigo ***Campos, agentes e relações de poder: um estudo sobre as origens do distrito de Primavera-SP***, de Elisângela Domingues Michelatto Natt e Elisa Yoshie Ichikawa, faz uso de uma análise clássica bourdieusiana para interpretação de um campo de poder que se forma a partir da implantação de uma usina hidrelétrica no município de Rosana no interior de São Paulo, região célebre por seus conflitos sociais e concentração fundiária. Neste caso, o argumento do desenvolvimento regional guia as ações do poder público, em associação com grandes empreiteiras, em prejuízo das populações ribeirinhas. As autoras mostram que manipulação e cooptação foram estratégias comuns no campo para a diminuição da resistência.

O segundo artigo, intitulado ***Brasília e modernidade: um ensaio sobre o processo de produção da capital brasileira***, de Takeyoshi Imasato e Marcelo Lima Veras, analisa, a partir de uma perspectiva histórica, a ideologia desenvolvimentista por trás da construção de Brasília e da transferência da capital. Os argumentos de interiorização do desenvolvimento e rompimento com o passado excludente são postos à prova, e a produção social da transferência da capital é discutida como uma representação das relações distantes entre Estado e sociedade no Brasil.

Desenvolvimentismo e modernismo são dois conceitos sobre os quais os autores se apoiam para argumentar acerca da ruptura com um passado excludente que a construção de Brasília não representou, assim como o papel da cidade que viria a ser capital do País na manutenção do protagonismo dos grupos dirigentes na sociedade brasileira.

Na sequência, poderemos ler um artigo, ***Habilidades sociais e capital social no desenvolvimento local: caminhos e descaminhos de uma comunidade escolar nas políticas públicas***, de autoria de Júnia Fátima Carmo Guerra e Armindo dos Santos de Sousa Teodósio, que procura discutir o desenvolvimento local por meio dos conceitos de *capital social* e *habilidades sociais*. O que está posto é a possibilidade de melhora na gestão e política escolar por intermédio de um estudo do caso de uma escola de São João Del Rei, em Minas Gerais e, portanto, de desenvolvimento local, a partir de articulações colaborativas da comunidade educacional analisada.

No artigo seguinte, ***Tipos de empreendedores em dinâmicas de reconversão de funções econômicas de cidades: uma análise sob a perspectiva de Bourdieu***, os autores, **Anderson Sant’anna, Fátima Bayma de Oliveira e Daniela Martins Diniz**, defendem a existência de uma promissora integração entre a abordagem de campos de Pierre Bourdieu e uma tipologia de empreendedores, para analisar o caso da reconversão econômica de duas cidades históricas: Tiradentes, em Minas Gerais e, Paraty, no Rio de Janeiro. Realizam uma análise histórica para resgatar as crises que arrasaram a economia das duas cidades e alteraram os tipos de empresários/empreendedores existentes nas cidades, possibilitando a recuperação econômica sobre outras bases. As disputas e o protagonismo entre os diferentes grupos de empreendedores ocupam espaço central na análise.

Por fim, o último artigo, ***Os limites do ‘desenvolvimento local’ e as possibilidades abertas pela abordagem dialética proposta por David Harvey para compreender uma região***, de **Rogério Faé e Rafael Kruter Flores**, constitui uma análise teórica sobre as possibilidades e limites das teorias dominantes do desenvolvimento local. Tomando de empréstimo análises clássicas próprias da economia sobre subdesenvolvimento e dependência, o texto sugere que suas limitações se dão por seu foco macroeconômico e ignorância das desigualdades e das lutas sociais, em um contexto tipicamente capitalista. Nesse sentido, o artigo chama a atenção para as possibilidades de análise, a partir do materialismo histórico-geográfico de David Harvey, e seu destaque para processos conflituosos e contraditórios produtores de relações e configurações específicas e transitórias.

Boa leitura a todos!

Wesley Silva Xavier (CEPEAD/UFMG)

Cristina Amélia Pereira de Carvalho (UFRGS)

Gustavo Madeiro da Silva (UFAL)

Editores do número temático Cidades, Cidadania e Dinâmicas organizativas